

Nota de imprensa

HDES: Grupo Parlamentar do CDS-PP defende que a segurança dos doentes é uma premissa crucial

A Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, deputada Catarina Cabeceiras, assumiu nesta quarta-feira que a instalação do hospital modular em Ponta Delgada, nos termos anunciados pelo Governo Regional dos Açores, “é a resposta adequada a curto prazo que tem de ser dada” de modo a “permitir realizar uma intervenção mais aprofundada e robusta” no Hospital do Divino Espírito Santo (HDES).

No entender da deputada, o imperativo de “reorganizar, redimensionar os serviços e atualizar o HDES” remonta a circunstâncias anteriores ao incêndio do passado mês de maio.

“Todos nós sabemos qual era a realidade do HDES no dia 3 de maio, um dia antes do incêndio, e da necessidade de aumentar a sua capacidade de resposta aos utentes”, afirmou Catarina Cabeceiras, frisando que tal necessidade já fora identificada “muito antes” e que “muitas vezes falámos sobre isso”.

Se alguns equipamentos demonstravam degradação, “não foi de há quatro anos, foi há muito mais”, esclareceu, chamando à razão o Partido Socialista, o qual, por ter governado a Região durante 24 anos, não deve fugir às suas responsabilidades na falta de manutenção no hospital. “Não é agora este atual Governo [PSD/CDS/PPM] responsável por tudo o que se passou há 10, 15 ou 20 anos. Não pode o PS lavar as mãos como se não tivesse qualquer responsabilidade sobre a situação do HDES”, disse.

A líder parlamentar do CDS-PP acusou o Partido Socialista de estar “sempre a levantar a suspeição” e desafiou-o a clarificar a sua posição sobre a matéria. “O que é que o PS propõe? É a favor ou não é a favor do hospital modular? [Que solução] defende um partido que governou a Região durante 24 anos?”, questionou, acabando por concluir que o Partido Socialista não tem respostas concretas a dar no que concerne ao HDES.

Catarina Cabeceiras acusou ainda o PS de querer “fazer um caso” em torno de “uma falácia”. “Levantam agora a questão do relatório detalhado (...) mas, desde o início, foi dito pelo Governo Regional que iria existir um relatório preliminar e posteriormente um relatório detalhado”, pelo que, de momento, não se verifica qualquer incoerência ou incumprimento da parte do executivo.

Reportando à “grave situação que aconteceu no dia 4 de maio no maior hospital” dos Açores, a deputada do CDS-PP assinalou “a maior eficácia” com que foi realizada “a evacuação de todos os doentes naquele momento difícil” e reconheceu o papel de “todos os profissionais de saúde”, de “quem combateu o incêndio”, e de todos os envolvidos no “processo de colocar os doentes em segurança”, quer “no Hospital da Horta, no Hospital da Terceira, na Madeira e no Continente”.

Assim, e sendo garantida “a premissa mais importante: a segurança dos doentes”, o CDS-PP reconhece que “depois deste incêndio, o foco do Governo tem sido efetivamente dar a resposta necessária a curto prazo, quer nos cuidados de saúde aos nossos doentes, quer também (...) em reestabelecer alguma normalidade nos cuidados prestados aos açorianos”.

A seguir, “vamos focar na estratégia a longo/médio prazo, para que tenhamos um hospital que dê a adequada resposta nos diversos serviços”.

Se é facto que “todos queremos que o HDES retome a sua atividade plena e que aumente a sua capacidade”, no entender de Catarina Cabeceiras, “não podemos é fazer passar a imagem que é só limpar as paredes, abrir as janelas e que está o HDES preparado para receber utentes”.

“Todos sabemos das exigências que são necessárias em termos de qualidade e segurança. Vai o Governo precipitadamente colocar utentes no HDES?” Não vai, pois a coligação PSD/CDS/PPM tem “a segurança dos utentes em primeiro lugar”.

Para nós, “o que é importante é ouvir os profissionais de saúde, a direção clínica do hospital, o conselho de administração” e com base nisso tomar “as decisões políticas que têm de ser tomadas”.

“Fazer um caso, levantar alarmismos sobre esta questão, que é demasiado séria, não só para São Miguel, mas para toda a Região, não deve ser o caminho”, concluiu.

Horta, 10 de julho de 2024